

Mais Bancário

António Fonseca,
o novo Presidente, garante

**“Seremos
novamente
um sindicato
de proximidade”**



Segurança na escolha.

Compromisso

no nosso serviço.



Plano Funeral em Vida

Simple

Vai ao encontro da sua vontade e não depende de terceiros.

Flexível

Permite várias formas de pagamento e em qualquer momento pode alterar os serviços que contratou.

Vantajoso

Protege os seus familiares de encargos no momento difícil e pode ser subscrito em qualquer idade.

Seguro

Garantimos a execução do plano que escolheu com o Cartão Contrato.

A partir de 1795€*

Planear faz parte da vida.

Liberte a sua família de qualquer encargo ou preocupação.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DO SBSI E FAMILIARES

Na subscrição do Plano Funeral em Vida ou na contratação de um serviço funerário.

servilusa.pt
800 204 222



* Preço inclui desconto para sócios do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.



JOÃO CARVALHO

Continuam a incerteza e a instabilidade na Banca

Mais uma fase de insegurança para alguns bancários portugueses: no Montepio Geral paira a incerteza de uma nova reestruturação para a redução de efetivos; no Novo Banco o cenário não é diferente; no BPI estarão a preparar fusões entre os dois maiores bancos espanhóis. Todos estes processos constituem motivo de preocupação para os trabalhadores bancários, pelos vários problemas que podem acarretar.

Serão estas as janelas de oportunidade de que alguns falam? Se o forem, talvez apenas para as IC, no desenvolvimento de políticas de gestão que potenciam o lucro; mas não o são, decerto, para os trabalhadores, sempre as primeiras vítimas destas políticas!

A aceleração na transição digital permite oferecer serviços fáceis aos clientes, permitindo aos bancos ajustarem o seu modelo de negócio, que tem como objetivo último o crescimento dos lucros, seja lá de que maneira for. No entanto relega para segundo plano uma efetiva participação no processo de criação de riqueza, condição imprescindível do desenvolvimento económico e social que se almeja. BASTA!

A banca, na sua generalidade e salvo honrosas exceções, continua a ignorar as suas responsabilidades sociais, desconsiderando por vezes os normativos legais, não honrando os seus compromissos e deveres para com os trabalhadores, cuja relevância é tão teoricamente apregoada mas tão pouco praticada.

A necessidade de informação jurídica é cada vez mais premente.

Conscientes dessa premência, relembramos e salientamos que o nosso quadro jurídico encontra-se completamente ao dispor para o aconselhamento dos nossos sócios. Podem contar com os esclarecimentos necessários da nossa equipa jurídica para a tomada de decisões em momentos críticos, quer seja na eventual cessação do vínculo laboral, quer seja noutras situações de vicissitudes contratuais, ou em quaisquer assuntos que se prendam com a sua situação laboral e relativamente aos quais tenham dúvidas ou reservas.

Então e os Gestores?

Por via dos despedimentos por extinção do posto de trabalho, ou das rescisões por “mútuo acordo”, o universo dos bancários tem vindo a diminuir de forma drástica. São vários e múltiplos os fatores que estão na origem destas medidas, em que também estão presentes a incapacidade e a inoperância revelada por vários atos de (má) gestão das IC e que atingem sempre os mesmos: os trabalhadores. É perante este paradigma comportamental das IC que o Mais Sindicato terá de redefinir e organizar a sua estratégia de atuação, com firmeza, realismo e com propósito negocial.

Nem tudo são más notícias.

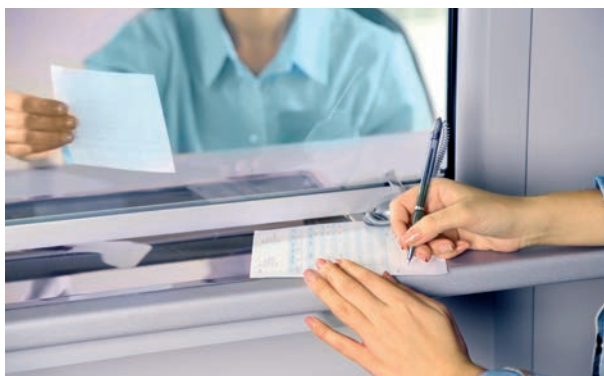
A anunciada revolução nos pedidos de reembolso de participações do SAMS está a acontecer: o seu processamento passou para as anunciadas 72 horas via online, e menos de duas semanas por correio físico.

Na salvaguarda do interesse comum, apelamos a todos para que, dentro do possível, privilegiem o recurso à via online para envio da documentação, permitindo assim ter arquivos digitais em vez de milhares de pastas com documentos em papel.

Estamos a esforçarmo-nos na adaptação à nova normalidade em que todos fomos obrigados a viver. Nessa medida, está a acontecer a reabertura faseada de Serviços no SAMS, limitada e condicionada pela situação pandémica atual, de forma sustentada.

O nosso foco é sempre conjugar a segurança de todos e garantir os serviços de saúde que se pretendem e exigem.

O mesmo ocorre com algumas provas desportivas, bem como atividades culturais. ■



16

Revisão do ACT
Aumento de 0,2%?
Não Obrigados

6

ENTREVISTA
António Fonseca
novo Presidente do
Mais Sindicato



Sindical

Mantém-se apoio para despesas escolares | 5

Entrevista a António Fonseca

"O Presidente deve ser o maestro da Direção" | 6

Negociação coletiva: Plataforma de sindicatos tem mais força | 10

Perfil: Passo a passo | 11

"Podem voltar ao SAMS com segurança" | 12

"Não queremos tirar o SAMS aos nossos trabalhadores" | 12

Sindicato de proximidade | 15

Revisão do ACT: Aumento de 0,2%? Não, obrigado! | 16

BCP aceita novas cláusulas propostas pelos sindicatos | 17

Novo Banco faz alteração ilegal ao plano de prevenção da covid-19 | 18

Mais Sindicato e SBC não aceitam pressão sobre trabalhadores do Montepio | 19

Formação

Ações formativas de regresso | 20

Juventude

Jovens debatem impacto da pandemia na saúde mental | 21

GRAM

Encontro anual em novembro | 22

Cursos do GRAM já começaram | 23

Viagens Culturais só em Maio de 2021 | 23

Nova equipa | 23

Questões Jurídicas

Santander obrigado a contar total de anos na constituição da pensão | 25

Meios de vigilância à distância: as insuficiências da lei | 26

Visto e fora

Antecipar a crise provocada pela pandemia | 28

Tempos Livres

Karting: Nuno Rosa vence primeira prova | 31

O livro que não se consegue esquecer | 32

Passatempos

Mensagem do Conselho Editorial

Caro leitor,

Tem nas suas mãos o 1.º número da revista Mais Bancário, o novo órgão de informação do Mais Sindicato, que dá continuidade a O Bancário.

Com o mesmo objetivo de O Bancário – informar os nossos sócios de tudo o que se passa no Sindicato e no setor – a revista tem uma nova imagem, mais moderna e agradável à leitura, com a mesma qualidade de sempre. A Mais Bancário corresponde também à nova imagem do Sindicato, que este mês é apresentada a todos e será divulgada na sua plenitude na próxima edição da revista. É nossa convicção de que a revista Mais Bancário vos agradará – e é a pensar em vós que a mudança está a acontecer.

Boas leituras!

Propriedade: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - NIF 500 825 556
Correio eletrónico: direccao@sbsi.pt

Diretor: Carlos Bispo

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: Carlos Bispo, Cristina Trony,
João Carvalho e João Moreira

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: obancario@sbsi.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e érre, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º Dto. | 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 37.435 Exemplares (sendo 4.435 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

[https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/
Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx](https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta em O Bancário
é da total responsabilidade dos anunciantes

Mais Sindicato mantém apoio para despesas escolares

A Direção do Mais Sindicato deliberou continuar a conceder um apoio especial para despesas escolares através do FAE (Fundo de Auxílio Económico) para o ano letivo 2020/2021, a sócios do Sindicato, subscritores do FSA, nos seguintes termos:

1. até 300€ (trezentos euros) por estudante do agregado familiar inscrito até ao 9.º ano, inclusive.

Pagamento através de CREBEN autónomo (desconto no vencimento), sendo a prestação mínima de 25€ mensais, vencendo-se a última em setembro de 2021;

2. até 500€ (quinhentos euros) por estudante do agregado familiar inscrito do 10.º ano até ao 12.º ano, inclusive.

Pagamento através de CREBEN autónomo (desconto no vencimento), sendo a prestação mínima de 45€ mensais, vencendo-se a última em setembro de 2021;

3. até 1.500€ (mil e quinhentos euros) por estudante do agregado familiar inscrito no ensino superior.

Pagamento através de CREBEN autónomo (desconto no vencimento), sendo a prestação mínima de 100€ mensais, vencendo-se a última em outubro de 2021.

O apoio deve ser requerido mediante preenchimento do impresso correspondente, que deverá ser acompanhado de cópia do boletim de inscrição no estabelecimento de ensino e, no caso de Ensino Superior, do comprovativo de matrícula e do plano de pagamento das propinas. ▶

O início do ano letivo é sempre uma sobrecarga económica para as famílias, ainda mais em tempos de pandemia e suas consequências – e uma nova razão para continuar o auxílio aos associados



entrevista

Antônio Fonseca



**“O Presidente deve ser
o maestro da Direção”**



Um novo Presidente, uma nova forma de atuar. António Fonseca faz da proximidade aos sócios uma prioridade e quer a Direção a pensar com criatividade, a encontrar soluções inovadoras para novos e velhos problemas – e sobretudo que o contrarie até ser encontrado o melhor caminho.

Quanto ao SAMS, praticamente tudo está a funcionar em pleno e cumprindo todas as normas de segurança para que beneficiários e utentes voltem às consultas. “Não ir ao médico pode ser um acréscimo de risco”, alerta

P – Como se sente como Presidente?

R – Bastante motivado, embora a minha vida tenha mudado radicalmente, agora desdobro-me em reuniões e sou solicitado para dar resposta a uma série de assuntos. Quero fazer parte da solução, não do problema.

P – Diz que quer fazer diferente. O que isso significa?

R – É lógico que o nosso programa é o mesmo. O que está em causa é a forma de agir: fazer diferente é descentralizar mais, dar mais poder aos meus colegas da Direção para expressarem o que pensam e tomarem decisões – o que não era incentivado até agora. Numa casa com a dimensão desta, acho impensável que tudo possa ser analisado e decidido por uma só cabeça.

O Presidente deve ser um pouco o maestro da Direção, mas quem toca os instrumentos são os outros elementos que a integram.

“Embora seja a primeira vez que há uma mudança no cargo de Presidente, ainda no anterior mandato houve diversas alterações nos cargos de Tesoureiro e de Secretário.”

P – Esta Direção está preparada para isso?

R – Estou a tentar dar-lhes amplitude e espaço para que possam executar e responsabilizar-se pelo seu Pelouro e isso já se nota nas reuniões de Direção: há mais debate e apresentam-se ideias. O ideal é que eu possa ir coordenando e distribuindo, analisando e debatendo as soluções apresentadas para as diversas áreas.

P – Como essa nova forma se refletirá nos sócios?

R – Acho que o reflexo será positivo, pois se cada um organizar o seu pelouro vai obter uma estrutura mais eficiente na resposta às situações. Estamos num período de adaptação, e devido ao hábito anterior ainda há uma certa insegurança em tomar algumas decisões. Eu respondo-lhes: “Apresentem propostas, tragam assuntos concluídos, não esperem que eu encontre uma solução.” Quero que estejam motivados, deem sugestões, sejam criativos, tenham ideias novas e me contrariem.

P – O que mais o preocupa internamente?

R – Na Atividade Sindical quase todas as nossas atividades estiveram paradas devido à situação pandémica. Debatermos como voltarmos à realidade e sugeri a retoma possível, cumprindo as regras da DGS. Assim, começámos com o karting e o golfe, por serem atividades ao ar livre, e gradualmente temos vindo a alargar a oferta aos sócios.

Legalidade assegurada

P – Há quem não compreenda a mudança de Presidente sem novas eleições. Como se explica?

R - Não há qualquer ilegalidade. Nas eleições, os sócios elegem um grupo de 13 pessoas para a Direção, que na sua primeira reunião escolhe de entre si o Presidente, o Vice-Presidente, o Tesoureiro e o Secretário. Embora seja a primeira vez que há uma mudança no cargo de Presidente, ainda no anterior mandato houve diversas alterações nos cargos de Tesoureiro e de Secretário.

Poderia até ser devido uma doença, uma morte... isso não leva a novas eleições, nem no Sindicato nem em nenhuma outra instituição.

P – Os Estatutos recentemente aprovados foram postos em causa judicialmente. O que o Mais Sindicato vai fazer?

R – Somos um Sindicato democrático, em que aparecem listas concorrentes. Já estamos habituados a que os nossos adversários, ao não ganharem as eleições, nos ponham em tribunal. Estou no Sindicato desde 2007, e a seguir a um ato eleitoral há sempre um processo judicial. Após o processo, naturalmente complexo, de alteração e aprovação pelo Congresso, os Estatutos foram analisados no estrito cumprimento da Lei, com rigor e pormenorizadamente pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, entidade pública com competência para esse efeito. A DGERT considerou regular e legal o procedimento, bem como o seu conteúdo. Ou seja, os Estatutos estão devidamente legitimados, tanto pelos órgãos do Sindicato como pelos órgãos que têm o poder de certificá-los e estão em vigor, com as alterações aprovadas.

P – Haverá eleições até ao final do próximo ano?

R – Estes Estatutos foram elaborados com vista a uma fusão de Sindicatos e no último Conselho Geral foi aprovada uma alteração estatutária que nos obriga a fazer eleições até ao final de 2021, derivado da situação pandémica. Se não houver fusão, penso que se deveria alterar de novo os Estatutos, para se cumpra o mandato até 2023, período para que esta Direção foi eleita.

Fusão?

P – Essa fusão ainda vai acontecer?

R – A reunião da Febase realiza-se no dia 13 e só então saberemos se temos parceiros.

O Mais Sindicato preparou tudo para esta fusão – prova disso é que alterou o seu nome, o seu âmbito geográfico e profissional – mas só pode haver fusão se os outros sindicatos o quiserem. Na ausência dessa vontade, vamos continuar a fazer o nosso percurso individual, mas sempre com o mesmo objetivo. Por vezes é preciso dar um passo atrás para seguir em frente.

E se tivermos de dar um passo atrás, acho que deveríamos tentar dinamizar a Febase, para que a Federação seja novamente uma plataforma de entendimento e de aproximação até que as pessoas sintam confiança umas nas outras e avancem – acabará por acontecer, acredito. Tenho muita esperança no pessoal mais novo que terá de surgir nos Sindicatos, afinal eles são o futuro.

P – A moção do Mais Sindicato sobre o Montepio, apresentada ao nível da UGT, foi subscrita pelos três sindicatos dos bancários. Isso representa uma aproximação?

R – A moção apresentada por nós no Secretariado da UGT foi subscrita por todos. Espero que seja o início de uma reaproximação.

Se há algo em que estou interessado é aproximar os ditos sindicatos verticais – do Norte, do Centro e o Mais Sindicato –, que tinham como propósito a sua fusão. Estarem de costas uns para os outros não leva a nada, bem pelo contrário. Temos os mesmos objetivos, que são os bancários e os SAMS. Estarei sempre do lado do diálogo entre sindicatos.

Convite a todos

P – Nesse sentido foi feito um convite a todos os sindicatos do sector...

R – O motor desta iniciativa foi o número exagerado de rescisões por mútuo acordo e de reformas antecipadas previsto no Montepio. As instituições de crédito estão a aproveitar-se da situação pandémica – que realmente influenciou negativamente os resultados – para reduzir o número de bancários, replicando o que têm feito ao longo dos anos.

A forma da banca resolver os problemas das suas contas tem sido sempre a mesma: reduzir pessoal, fechar balcões. De 2011 a 2019 o setor perdeu cerca de 10.000 trabalhadores e, segundo as notícias, prepara-se para afastar mais 5.000 – o que terá efeitos não só a nível dos sindicatos, como também dos SAMS.

Devemos dizer-lhes que têm de encontrar outras soluções que não sejam à custa dos trabalhadores.

P – Os sindicatos aceitaram o desafio?

R – Cinco dos Sindicatos acederam.

Um dos grandes problemas que se adivinha é o SAMS, porque os bancos têm a intenção de negociar todas as rescisões por mútuo acordo com direito vitalício ao SAMS. Já analisámos alguns desses protocolos e não são fáceis de aceitar. Se viermos a fazê-lo tem de ser com condições reforçadas, sempre na defesa do SAMS, nunca pondo em causa a sua sustentabilidade futura. Além disso – e sobretudo – não aceitamos que o direito ao SAMS seja moeda de troca para facilitar rescisões.

P – Trata-se de uma eventual aliança conjuntural?

R – Sou defensor da união dos Sindicatos sempre que a situação o exija, de forma a reforçar o poder negocial dos trabalhadores – e acho que essa aliança seria bem vista pelos bancários.

Este caminho contornará aquelas situações de quem é que assina primeiro e quem vai a reboque... Não é possível continuar "orgulhosamente sós", como defendia um ditador deste País. Basta olhar para os números dos últimos anos: se os sindicatos continuarem por este caminho correm o risco de eclipsar-se.... Deixarmo-nos levar pelo orgulho e manter tudo igual é suicídio, temos de pensar numa alternativa. 





Negociação coletiva

Plataforma de sindicatos tem mais força



P - Falemos de negociação coletiva: está satisfeito com os resultados obtidos até agora?

R – Satisfeitos nunca estamos. A par da tabela apresentámos um clausulado extenso, com alguns temas muito importantes para os bancários, e valeu a pena a pressão, pois o BCP acedeu a algumas das nossas preocupações, como o assédio moral e o direito a desligar.

Essa posição levou-nos a aceitar 0,3% de aumento salarial, que é extremamente magro, mas num contexto difícil não podemos só olhar para a tabela, temos de ver também o clausulado.

As negociações ainda decorrem, e esperamos atingir mais alguns objetivos, como o desenvolvimento das cláusulas relativas ao teletrabalho.

P – E relativamente ao ACT? A proposta salarial é de 0,2%, sem alterações no clausulado...

R – Aí estamos num impasse completo. Temos reunião no próximo dia 13, aguardamos que nos tragam algo de novo e evoluam – caso contrário, talvez tenhamos de passar para uma situação mais reivindicativa...

P – Ou seja...

R – Esta Direção está muito decidida a fazer plataformas de entendimentos com os outros sindicatos. Cada vez mais vamos defender essa opção, para conseguirmos concertar entre os sindicatos soluções em conjunto. Vejo isto como um plano abrangente, com toda a gente envolvida.

Não vou estar fechado dentro do Mais Sindicato à espera que as coisas aconteçam: temos de ter uma posição proativa nesta situação.

Bancários substituídos

P – A banca continua a propor rescisões de contrato. Teme que a pandemia faça aumentar esta tendência?

R – A Covid é mais um empurrão para os bancos continuarem a encolher. A banca tem trilhado esse caminho nos últimos anos, com reflexos na massa salarial, no número de balcões e de trabalhadores.

Estou muito preocupado com o que vem aí na pós-pandemia e já vislumbramos alguns sinais: as notícias

dão conta de que o Novo Banco irá dispensar 1.500 trabalhadores e que o movimento de redução de quadros vai estender-se ao Santander e ao BPI.

P – No caso do Montepio a digitalização é uma das justificações.

R – A banca esteve sempre na vanguarda das novas tecnologias. Ao longo dos anos temos sido vítimas desses processos: havia balcões com dezenas de bancários e hoje isso não faz sentido. Mas estamos perante um paradigma que é de quase desaparecimento de bancários nas agências. Seria de prever que esse novo paradigma trouxesse também novas competências para os bancários, outros cargos e outras atividades. Mas os bancos estão essencialmente a apostar na contratação de serviços a outras empresas e se continuarmos por esse caminho os bancários estarão em vias de extinção. Esse é o desafio dos sindicatos, porque a digitalização é inevitável: encontrar alternativas, não deixar que os bancos continuem a contratualizar outras empresas para realizarem aquilo que é trabalho de bancários.

P – O Mais Sindicato alargou o seu âmbito profissional, pode incluir essas pessoas...

P – Pode e é um dos nossos objetivos. Como sindicato responsável e atento à sociedade, percebemos que se ficarmos limitados à banca em si começará a faltar a raiz do Sindicato. Cada vez mais há empresas associadas à banca, e terá de ser aí que recrutaremos sócios para o Sindicato e para o SAMS, se possível assinando Acordos de Empresa ou ACT. Se estão dentro da banca, prestam serviços à banca, então temos de cuidar desses trabalhadores.

P – No caso do Montepio, que tipo de iniciativas podem ser tomadas?

R – O País vive uma situação difícil para que os sindicatos possam reivindicar de uma forma responsável com métodos tradicionais – não podemos ser patrocinadores de ajuntamentos em que as pessoas podem contaminar-se umas às outras.

Temos de ser criativos. A imagem do bancário na sociedade não é boa neste momento, foi-se deteriorando de uma forma incorreta e injusta. Tenho pensado utilizar a onda de contestação nas redes sociais para explicar a situação dos bancários, cuja maioria faz um trabalho com isenção e idoneidade e, ao contrário do que se julga, não ganham bem.

P – Nesta situação será possível, através das redes sociais, juntar a população à luta dos bancários contra o encerramento de agências?

R – Os bancos preocupam-se com resultados, mas não com o facto de o fecho de um balcão deixar em dificuldade clientes com idades avançadas, muitos infoexcluídos, que perdem o bancário de confiança com quem interagiam. Os sindicatos devem ser organizações esclarecidas e admitir que provavelmente haveria excesso de balcões em Portugal. Mas agora passa-se do oitenta para o oito, já há terras isoladas sem qualquer balcão. 

Perfil



Passo a passo

António Fonseca nasceu em Lisboa em 1969. Aos cinco meses a família mudou-se para Odivelas, concelho onde estudou e habitou até deixar a casa paterna aos 29 anos. Retornou ao concelho em que cresceu, onde vive atualmente.

Em 1991 entrou para o ex-Banco Nacional Ultramarino (BNU), onde trabalhou em diversos departamentos centrais e em várias agências. Quando o BNU foi integrado na Caixa Geral de Depósitos continuou o seu percurso profissional na área comercial.

Era delegado sindical quando em 2004 ingressou na estrutura do SBSI, na Secção de Empresa da CGD e em outubro desse ano assumiu a coordenação devido ao falecimento do então coordenador, desempenhando essa função até ao final do mandato.

A convite de Delmiro Carreira integrou a lista candidata à Direção do Sindicato em 2007.

“Jamais pensei chegar ao topo da carreira sindical, mas a vida traz-nos surpresas.”

Não foi um percurso sindical meteórico, como o próprio afirma: “Dei todos os passos: fui delegado sindical, membro do Secretariado da Secção Sindical de Empresa, passei a coordenador, integrei a Direção como suplente, depois como efetivo, então assumi a coordenação do Pelouro da Informação. Neste mandato fui nomeado Tesoureiro pela Direção e agora Presidente. Jamais pensei chegar ao topo da carreira sindical, mas a vida traz-nos surpresas.”



“Praticamente todas as valências estão em pleno funcionamento e temos estado a atualizar e aumentar as vagas disponíveis.”

“Podem voltar ao SAMS com segurança”

P – Uma das decisões que mais desagradou aos beneficiários foi o encerramento do SAMS. Se vier aí uma nova vaga pandémica isso poderá acontecer novamente?

R – Não posso garantir que não voltará a acontecer, não temos possibilidade de controlar um eventual surto. Mas não podemos cometer o erro de voltar a encerrar tudo e deixar os nossos beneficiários sentirem-se abandonados. O Presidente e a Direção, juntamente com a Comissão Executiva, estão a preparar todas as condições para que o encerramento não se repita.

P – O SAMS já está a funcionar integralmente?

R – Sim, está, em todas as suas unidades, embora com as restrições que a DGS impõe: controlo da temperatura à entrada, higienização das mãos, colocação de máscara, redução do número de pessoas dentro dos nossos edifícios e entrada apenas dez ou quinze minutos antes da consulta. Não queremos que nem um beneficiário seja infetado no SAMS, aliás a medida de encerramento foi exatamente para não se ameaçar a vida dos doentes.

P – Todas as valências estão a funcionar?

R – Praticamente todas estão em pleno funcionamento e temos estado a atualizar e aumentar as vagas disponíveis.

“Não queremos tirar o SAMS aos nossos trabalhadores”

P – Como estão a decorrer as negociações com os sindicatos representativos dos trabalhadores do Mais Sindicato? Havia um clima muito tenso...

R – Esse clima tem melhorado substancialmente. Optei por estar presente em todas as reuniões de negociação, porque acho que posso ajudar a quebrar esse clima de tensão. Até ao momento tenho visto disponibilidade, tanto da nossa parte como dos sindicatos. Reconheço que

até este momento o comportamento dos sindicatos tem sido correto, numa perspetiva negocial, e espero que essa atitude se mantenha até ao final.

Andámos dez anos em negociações sem qualquer sucesso. Agora, após a caducidade dos IRCT, espero que possamos avançar de uma forma bastante acentuada.

P – Há alguma perspetiva de uma data final?

R – Espero que até ao final do ano tenhamos chegado a acordo, se não em todas pelo menos na maioria das convenções. Temos três mesas negociais a decorrer em simultâneo e nas reuniões já realizadas temos avançado. Optámos por uma estratégia contrária à dos anos anteriores: começámos pelas cláusulas difíceis e deixámos as fáceis para o final. Claro que as mais difíceis são as cláusulas de expressão pecuniária, que têm a

No entanto, o SAMS está com uma ocupação de cerca de metade da sua capacidade, pois as pessoas ainda têm receio de ir ao médico e continuam a resguardar-se. O nosso maior problema está nas áreas de Estomatologia e Medicina Oral.

Estomatologia e Medicina Oral

P – O que se passa com essas especialidades?

R – Temos exigências e padrões muito elevados na nossa casa no que diz respeito à infecção, e por isso estamos com algumas dificuldades em ultrapassar esta situação. A área onde funcionavam é um open space, com nove gabinetes, que infelizmente não podem ser utilizados porque não garantem a segurança, especialmente dos doentes, que estarão sem máscara e, portanto, desprotegidos. O open space não é viável com esta situação pandémica. O nosso problema é essencialmente falta de espaço físico, porque estamos a utilizar apenas os nove gabinetes fechados.

P – Esses nove gabinetes em espaço fechado estão a funcionar normalmente?

R – Normalmente e permanentemente, mas não chegam para todos os nossos médicos. Por isso estamos a pensar fechar metade dos gabinetes do open space – os orçamentos já foram pedidos para que possamos intervir. Tomámos outra medida: a partir do dia 10 de outubro o Centro Clínico abrirá aos sábados só para consultas de Medicina Oral, de forma a combater a lista de espera na especialidade. Numa primeira fase, a abertura será das 8h00 às 14h00, para verificar qual a adesão dos beneficiários. Mas tenho a convicção de que brevemente estaremos a prolongar o horário, pelo menos até às 18h00. Esta é uma situação que muito nos preocupa, pois não estamos a conseguir garantir aos nossos beneficiários os tratamentos necessários.

P – E em termos de tecnologia?

R – Estamos também a investir – e é um investimento considerável – numa nova tecnologia nos ares condicionados e nas condutas, que permite o ar passar através de uma luz e eliminar qualquer possibilidade de contágio por Covid.

Vamos testar o equipamento em dois gabinetes da Clínica da Parede. Se os testes provarem que funciona, iremos estendê-lo rapidamente ao Centro Clínico.

Mas tudo isto demora tempo. Pedimos aos beneficiários que tenham alguma tolerância e paciência, não vivemos dias normais, e estamos a fazer tudo ao nosso alcance para resolvermos as situações com a maior segurança.

Reformulação

P – Além das dificuldades impostas pela Covid, como está a situação do SAMS?

R – O SAMS vai necessitar de reformulação e de um novo pensamento.

P – Em que sentido?

R – Provavelmente teremos de dispensar alguns médicos em regime de prestação de serviço que não são necessários e reforçar as condições de outros. Precisamos de médicos que atendam doentes, tratem os beneficiários... Isso é o mais importante. Dos 289 médicos do quadro, alguns têm um horário de 35 horas, mas a maioria faz muito menos horas. Os médicos em regime de exclusividade no SAMS são casos raros. E o mesmo acontece com os enfermeiros e os técnicos auxiliares de diagnóstico. Não gostam de exclusividade. Outro motivo de preocupação é a altíssima idade média dos clínicos, porque se coloca a questão da reforma. Os nossos coordenadores estão todos já acima dos 65 anos, alguns na faixa dos 70 anos. São pessoas que deram muitos anos a esta casa, mas teremos de renovar o quadro para garantir a continuidade do SAMS.

P – Os beneficiários e utentes podem voltar a contar com o SAMS?

R – Podem confiar no SAMS e voltar a ir ao seu médico, estão tomadas todas as medidas de proteção e não correm riscos. Por vezes, não ir ao médico pode ser um acréscimo de risco. Temos provas dadas de que ao longo dos anos o SAMS tratou bem a saúde dos bancários, que têm uma longevidade acima da média. E para continuarem assim é preciso que continuem a ser cuidados pelos médicos e não fiquem assustados em casa. 

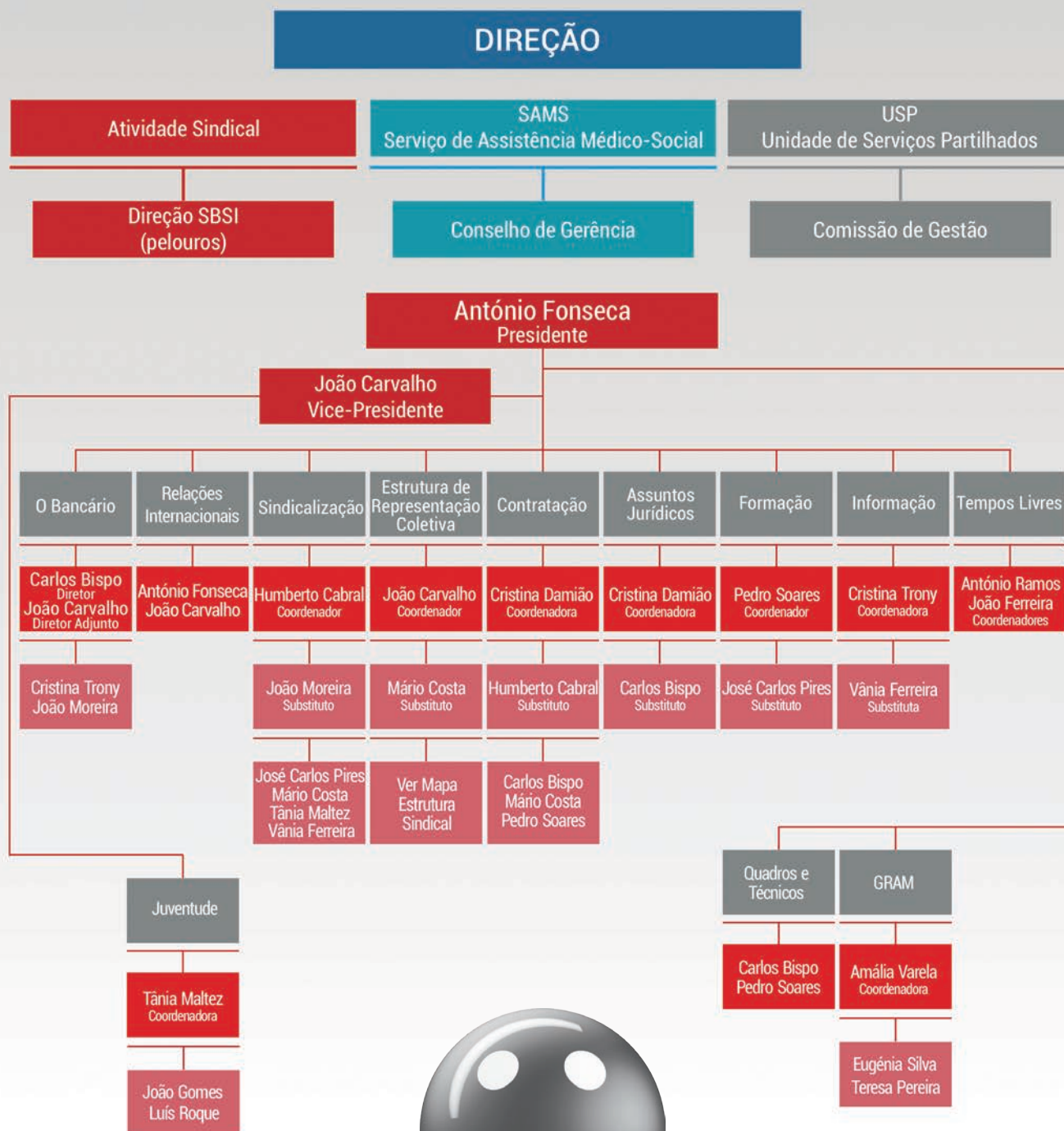
ver com remunerações, prémios, horas de qualidade, etc. Estamos em bom caminho, espero que os sindicatos continuem a comportar-se como até agora. Estamos a fazer um esforço para que a paz social seja uma prenda no sapatinho do Mais Sindicato, dos sindicatos e dos trabalhadores.

P – Com a caducidade das convenções coletivas, o anterior presidente garantiu a continuidade

do SAMS aos trabalhadores por seis meses, período a partir do qual o benefício dependeria do resultado das negociações. A sua posição é a mesma?

R – Efetivamente foi regulamentado o acesso dos trabalhadores ao SAMS até meados de janeiro de 2021. Mas esse não é o caminho desta Direção, não queremos tirar o acesso dos nossos trabalhadores ao SAMS. Mas como é lógico, quando estamos

em negociações esta matéria está em cima da mesa. Para já, considero fundamental garantir o acesso ao SAMS neste formato aos atuais trabalhadores, embora eventualmente tenhamos de analisar outro formato para os futuros trabalhadores do Mais Sindicato. Isso não está definido ainda, teremos de fazer contas – e também depende da forma como os sindicatos negociarem connosco.



Sindicato de proximidade



A direção do Mais Sindicato retomou as reuniões com os vários Secretariados. “Fazemos questão de que aconteçam de uma forma periódica”, explicou o presidente António Fonseca

PEDRO GABRIEL

Contempladas estatutariamente, estas reuniões juntam os elementos da Direção do Sindicato aos membros dos Secretariados Regionais, de Empresa e de Reformados. Depois de um período sem encontros, a Direção do Mais Sindicato regressou a esta prática e pretende torná-la habitual.

Novo rumo

Dada a situação provocada pela pandemia de covid-19, a reunião estendeu-se por dois dias, ambas na sede da UGT, na Ameixoeira. No dia 10 a Direção reuniu com os Secretariados Regionais. Já o encontro com os Secretariados de Empresa e de Reformados aconteceu um dia depois.

O presidente António Fonseca esclareceu as recentes mudanças na composição da Direção e na distribuição de Pelouros, referindo ainda que é intenção da Direção que este tipo de reuniões aconteça de forma periódica. “A atual forma organizativa que a Direção pretende insere-se nesta aproximação aos Secretariados”.

Já Cristina Damião esclareceu os presentes sobre o ponto de situação relativamente à contratação coletiva, nomeadamente sobre o ACT do Setor Bancário e do Millennium bcp.

Trabalho

As reuniões pretenderam dar a conhecer aos membros dos Secretariados o trabalho que está a ser desenvolvido pelos vários pelouros do Sindicato, especialmente tendo em conta a situação de pandemia vivida.

Humberto Cabral falou sobre sindicalização, enquanto Daniel Matos focou a sua intervenção no SAMS. João Ferreira abordou a parte relativa aos Tempos Livres. Finalizadas as explicações, alguns dos presentes solicitaram esclarecimentos, que foram prestados pela Direção.

O encerramento do encontro foi feito pelo vice-presidente João Carvalho, que retribuiu os agradecimentos feitos à Direção durante as reuniões acrescentando que os mesmos acarretam “mais responsabilidade e exigência”. ▶



Revisão do ACT

Aumento de 0,2%?

Não, obrigado!

À quarta sessão de negociações, as Instituições de Crédito (IC) avançaram com uma proposta de 0,2% de aumento nas tabelas. E à revisão do clausulado proposta pelo Mais Sindicato e o SBC, responderam com o “não” habitual. A falta de consideração pelo trabalho dos bancários, não sendo surpreendente, é chocante

INÊS F. NETO

As negociações de revisão do ACT do setor bancário e respetivas tabelas têm estado marcados por percalços, especialmente devido aos efeitos da pandemia de Covid-19.

Depois de os Sindicatos apresentarem uma proposta de revisão da tabela, cláusulas de expressão pecuniária e de outro clausulado, as sessões entre as partes foram suspensas em março.

No entanto, ainda no final de março e já utilizando oportunisticamente os efeitos então imprevisíveis da pandemia, as IC manifestaram a intenção de não mexer na tabela e cláusulas de expressão pecuniária. Ou seja, uma proposta de 0,00% de aumento salarial.

Só no final de julho, após a quarta reunião – na qual as partes concluíram a discussão das propostas de revisão de clausulado apresentadas pelo Mais Sindicato e o SBC

–, as IC comunicaram a sua disponibilidade de aplicar o risível aumento de 0,2% da tabela e cláusulas de expressão pecuniária.

O Mais Sindicato e o SBC estão indisponíveis para aceitar esta farsa de aumento salarial e esperam que as IC compreendam a necessidade de valorizar o trabalho dos bancários, que impulsiona os lucros dos bancos – e evoluam na sua posição, recompensando os trabalhadores e reconhecendo a importância da paz social. Já é tempo de os bancos serem empresas socialmente responsáveis!

Clausulado

Relativamente ao clausulado do ACT, os Sindicatos insistiram na necessidade de rever e atualizar a convenção coletiva, introduzindo algumas matérias. Em junho deu-se início à discussão das propostas apresentadas.

Não obstante a fundamentação económica que justifica a posição de ambas as partes, os Sindicatos consideram que há outras matérias importantes para os bancários e que têm de ser contratualizadas, como sejam promoções, férias, assédio no local de trabalho, direito a desligar e, fundamental, o teletrabalho.

À semelhança de anos anteriores, a postura das IC é “mais do mesmo”, não demonstrando qualquer abertura para a banca se adaptar à nova realidade. A sua resposta é perturbadora: “Estamos bem como estamos”.

O Mais Sindicato e o SBC repudiam veementemente este comportamento retrógrado, pois os bancários não estão bem como estão.

A falta de consideração pelo seu trabalho não tem reflexos em mais nenhum setor de atividade, apesar dos lucros que a banca vai anunciando.

Na quarta sessão de negociações concluiu-se a discussão das propostas sindicais. Ficaram todas suspensas, mas os Sindicatos não vão desistir do seu objetivo de incluir no ACT matérias de grande importância para os bancários.

Nova sessão ficou agendada para dia 13 de outubro. ▶

Uns ridículos cêntimos

Se se fizer as contas, constata-se o ridículo da proposta patronal. Veja-se alguns exemplos:

Exemplo	Valor atual	Aumento proposto
Subsídio de almoço	9,65€	0,2 cêntimos
Subsídio infantil	25,85€	0,5 cêntimos
Nível 6	996,21€	2€
Nível 8	1.132,86€	2,27€ (arredondamento)
Nível 10	1.359,65€	2,72€ (arredondamento)



BCP aceita novas cláusulas propostas pelos Sindicatos

O banco respondeu positivamente a algumas das propostas de clausulado apresentadas pelo Mais Sindicato e pelo SBC. Os Sindicatos anuíram à aplicação dos aumentos salariais aos seus sócios nos vencimentos de setembro

INÊS F. NETO

No âmbito do processo negocial em curso e face à insuficiência do aumento salarial proposto pelo BCP, Mais Sindicato e SBC apresentaram uma proposta de atualização da convenção coletiva, adaptando-a à realidade introduzindo algumas matérias importantes para os bancários.

Novidades na convenção

O banco compreendeu a necessidade de ir além da tabela e cláusulas de expressão pecuniária e aceitou as seguintes propostas sindicais:

- Artigo 57.º n.º 3: dispensa de dois meios dias por ano para acompanhar os filhos que se encontrem a frequentar pela primeira vez o 1.º e 2.º ciclo de escolaridade;
- Cláusula 84.ª: dá o seu acordo à redação proposta pelos Sindicatos, que é a seguinte: Nas revisões da tabela de vencimentos, as prestações remuneratórias, pagas

de forma regular e periódica, direta ou indiretamente pela instituição ao trabalhador, não podem ser objeto de eliminação, redução, integração ou absorção noutra parcela remuneratória.

Adicionalmente, o BCP comprometeu-se introduzir no ACT os seguintes benefícios:

- Cl.ª 27.ª, n.º 3: possibilidade de atribuição de subsídio mensal, a ser adicionalmente pago à remuneração da categoria, aos trabalhadores durante o período de estágio;
- Cl.ª 22.ª: inclusão de um novo n.º 6, sobre a possibilidade de atribuição de subsídio mensal a ser pago aos trabalhadores durante a comissão de serviço;
- Estes dois subsídios serão introduzidos na definição de retribuição (Cl.ª 84.ª, n.º 3 numa nova alínea e);
- Nova cláusula sobre o “direito a desligar”: dá ao trabalhador

a garantia de que tem o direito de se manter desconectado durante os seus períodos de descanso, sem prejuízo de atividades regulamentadas pelas Instituições que pela sua natureza de emergência ou de catástrofe, tenham deveres próprios de assistência.

O BCP comprometeu-se também a elaborar propostas de clausulado relativamente à proibição e regulamentação de situações de assédio e ao regime de teletrabalho.

Aumento salarial

Face à abertura do BCP para contratualizar algumas matérias de enorme importância para os bancários, o Mais Sindicato e o SBC não se opuseram a que o banco aplicasse aos seus sócios os aumentos nos vencimentos de setembro, dando assim o seu acordo de princípio à revisão salarial. No entanto, o processo negocial do clausulado continuará.

Recorde-se que a proposta do BCP, já dada a conhecer aos sócios, é a seguinte: 0,3% nas tabelas, acréscimo nos subsídios de almoço e de natalidade e 0,8% nas restantes cláusulas de expressão pecuniária. 

Novo Banco **faz alteração ilegal** ao plano de prevenção da covid-19



A instituição quer controlar a vida dos trabalhadores fora do banco e saber para onde vão nas férias e nas folgas. O Mais Sindicato já exigiu à administração a imediata correção do Regulamento e alerta os sócios para contactarem os seus serviços jurídicos

INÊS F. NETO

O Novo Banco não para de surpreender... pela negativa. A mais recente iniciativa contra os trabalhadores foi uma alteração ao novo "Regulamento de suporte ao Plano de Prevenção, Controlo e Vigilância do Novo Banco para a Covid-19", que representa uma flagrante ilegalidade. Tendo em conta as normas regulamentares que divulgou internamente, a instituição liderada por António Ramalho pretende obrigar os trabalhadores a comunicarem à entidade patronal para onde viajam quando estão de férias ou de folga, exigindo-lhes, no caso de viajarem para fora do País, que suportem os custos de um teste de despistagem à Covid-19.

Frontal oposição

O Mais Sindicato – cujos serviços jurídicos já analisaram esta nova norma – considera que a sua admissão constitui uma óbvia e ostensiva violação da lei, nomeadamente da reserva da vida privada dos trabalhadores e do direito ao descanso e à desconexão.

E frisa: é absolutamente inaceitável e intolerável que o Novo Banco pretenda controlar, vigiar e determinar para onde os trabalhadores devem ir nas férias, nas folgas ou sempre que não estão ao serviço da instituição e, como se não bastasse, ainda lhes imputa a obrigatoriedade de assumir os custos de tal exigência.

Nesse sentido, o Mais Sindicato já transmitiu à administração do banco a sua veemente e frontal oposição

a esta ilegal alteração regulamentar, tendo solicitado a sua imediata correção.

Alerta

O Sindicato exorta todos os sócios diretamente afetados por tal situação a reagirem a tão ostensiva violação dos seus direitos, contactando os serviços jurídicos para lhes prestarem o apoio necessário e esclarecer dúvidas. Como habitualmente, o Mais Sindicato está atento e interventivo e continuará sempre a atuar firmemente na proteção dos trabalhadores que representa, defendendo soluções justas, adequadas e legais para os tempos que se adivinham – e não compactuará com atentados à legalidade e aos direitos dos seus associados.

Redução de pessoal?

Face às notícias que reiteradamente têm vindo a público na comunicação social referentes a uma eventual redução do quadro de pessoal, o Mais Sindicato solicitou novamente uma reunião com caráter de urgência para obter esclarecimentos.

E aproveita esta oportunidade para lamentar e repudiar o comportamento da administração do Novo Banco, que tem ignorado todas as solicitações que lhe tem feito nesse sentido.

O Mais Sindicato está atento e atuante na defesa dos direitos dos sócios. Os trabalhadores do Novo Banco podem contar com o seu Sindicato. ■

Os Sindicatos reuniram-se com a administração do Montepio, que confirmou a pretensão de apresentar aos trabalhadores um programa de reformas antecipadas e rescisões de adesão voluntária para a redução de efetivos. Mais Sindicato e SBC querem fazer sugestões de melhorias no documento e analisam a proposta de manter o acesso ao SAMS para os que abandonam o setor

Mais Sindicato e SBC não aceitam pressão sobre trabalhadores do Montepio



O Mais Sindicato e o SBC foram convocados pela administração do Montepio Geral (MG) para uma reunião, que se realizou no dia 23 de setembro às 18h30. O objetivo foi prestar esclarecimentos sobre a redução de trabalhadores do banco, conforme as notícias vindas a público. Recorde-se que os Sindicatos já tinham manifestado a sua apreensão com a situação dos trabalhadores e aguardavam a marcação de uma reunião, como informaram no seu comunicado de dia 21 de setembro. Na reunião, os Sindicatos manifestaram à administração a sua preocupação com a situação dos trabalhadores, sobretudo no atual momento de crise e desemprego que o País atravessa.

Medidas

A administração adiantou que o banco teve 51 milhões de euros de prejuízos e quebra do produto bancário, pelo que a transição digital é urgente. Face à perspetiva da pior depressão económica de que há memória, tem

de ser garantida a sustentabilidade do Montepio no futuro, justificou. A administração defendeu as medidas que pretende tomar devido à situação relatada:

- Reduzir balcões com redundância geográfica, o que implicará o encerramento de 37 da atual rede;
- Diminuir o número de efetivos, mas sem quantificar o número de trabalhadores porque o total ainda não está definido;
- Foi pedido o estatuto de empresa em reestruturação para poder garantir a eventualidade de no próximo triénio permitir a atribuição de subsídio de desemprego a quem aceite deixar o banco;
- Otimizar recursos humanos ajustando pessoas.

Programa voluntário

Para cumprir os objetivos, a administração pretende apresentar aos trabalhadores um programa de redimensionamento do quadro de pessoal, que consiste em apresentar

soluções de reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo. O plano estender-se-á até ao final de 2021. Nesse sentido, os trabalhadores – exclusivamente por sua iniciativa e voluntariamente – poderão aceder ao programa, simular as condições inerentes a cada uma das soluções e, se assim o entenderem, candidatar-se. As candidaturas serão posteriormente analisadas pelos recursos humanos do banco e debatidas com cada um dos interessados, garantiu a administração aos Sindicatos. Entretanto, o Mais Sindicato e o SBC receberam do Montepio o programa que pretende implementar em 2020/21 para análise e vai apresentar sugestões de melhoria.

SAMS

O Montepio pretende manter a possibilidade de acesso ao subsistema de saúde dos bancários aos trabalhadores que venham a ser abrangidos pelas rescisões por mútuo acordo e nesse sentido auscultou os sindicatos. “Provavelmente não estamos disponíveis para aceitar, pois será uma situação facilitadora de despedimentos. Mas não temos uma posição fechada, vamos analisar essa proposta cuidadosamente”, adiantou António Fonseca, Presidente do Mais Sindicato.

Alerta

Os Sindicatos deixaram claro à administração que não admitirão qualquer pressão sobre os trabalhadores para que acordem uma solução que não querem. Nesse sentido, alertam os seus associados:

- A adesão ao programa – candidatura e eventual aceitação – é voluntária;
- Na eventualidade de pressões, seja de que tipo for para aceitarem qualquer uma das soluções, devem denunciar a situação de imediato aos Sindicatos;
- Em caso de dúvidas, devem colocar as suas questões aos serviços jurídicos do Mais Sindicato e do SBC;
- Não devem assinar nada sem estarem devidamente esclarecidos sobre as implicações de tal decisão.

Os Sindicatos tudo farão para defender os interesses dos sócios. ▀

Ações formativas de regresso



Depois da interrupção devido à pandemia de covid-19, as ações de formação foram retomadas em setembro com o tema “Equilíbrio Vida Pessoal e Profissional”

PEDRO GABRIEL

Em consonância com as diretrizes das autoridades de saúde, a Direção do Mais Sindicato viu-se obrigada a suspender a maior parte das suas atividades regulares e as ações formativas não fugiram à regra. Com a retoma gradual da atividade, a primeira ação de formação decorreu no dia 19 de setembro, no Hotel Golf Mar Vimeiro, numa organização da Secção Regional de Torres Vedras e que contou com a participação de 11 sócios.

Equilíbrio

Destinada a todos os profissionais bancários que pretendam conhecer e implementar as melhores práticas de conciliação entre as diversas dimensões da sua vida, a ação “Equilíbrio Vida Pessoal e Profissional” pretendeu ajudar os sócios a atingirem um maior equilíbrio e controlo sobre a articulação entre vida pessoal, familiar, social e profissional.

Além disso, o curso ajuda a aumentar o nível de energia e motivação no trabalho, desenvolve atitudes e competências e desenha um plano de ação aplicável no quotidiano.

Os sócios tiveram a oportunidade de analisar casos e situações concretas e de contarem as suas experiências, nomeadamente numa altura em que os desafios mudaram por força do teletrabalho, do confinamento e de todas as restrições em vigor.



Normalidade

Este evento que decorreu em Torres Vedras marcou a retoma das atividades formativas do Sindicato. Apesar da situação de pandemia e da incerteza do futuro, o Pelouro da Formação encontra-se a desenvolver todos os esforços para retomar a atividade normal, com a garantia de cumprir com todas as regras de segurança.

Mais ações de formação serão oportunamente divulgadas através dos meios habituais. ▶

Jovens debatem impacto da pandemia na saúde mental



O tema “Conversas com os Jovens – Efeitos da Covid-19 na Saúde Mental” juntou sócios do Mais Sindicato num contributo importante tanto para o presente como para o futuro de todos

PEDRO GABRIEL

O evento teve lugar no dia 26 de setembro, no jardim das instalações da UGT, e cumpriu com todas as orientações impostas pela DGS. A abertura do encontro contou com o presidente do Mais Sindicato, que agradeceu a presença de todos, especialmente por se tratar de um sábado à tarde. António Fonseca referiu que este foi o primeiro evento realizado pelo Mais Sindicato após a interrupção das atividades, dizendo ainda que é necessário começar a retomá-las aos poucos, ainda que em iniciativas pequenas.

Efeitos

O evento contou com a participação de Bento Sérgio, psicólogo do SAMS, que abordou a sua experiência profissional tanto no subsistema de saúde como no SNS e ainda a forma como o confinamento e o medo de contrair o vírus tem afetado a vida familiar, mostrando formas de tentar diminuir os efeitos da pandemia.

De seguida, o psicólogo apresentou os resultados de um estudo onde se pode ver que quase metade de uma amostra de 10.529 adultos referiram um impacto psicológico de moderado a severo causado pelo surto Covid-19. Um importante indicativo diz ainda que as mulheres e os desempregados apresentam valores médios mais altos em patologias como depressão, ansiedade, stresse e maior impacto psicológico devido à pandemia.

Esperança

Bento Sérgio deu alguns conselhos que ajudam a diminuir os impactos da saúde mental durante a pandemia, nomeadamente para quem se encontra em teletrabalho ou em isolamento profilático. Entre os conselhos destacam-se a prática de exercício físico, jardinagem, continuação da atividade profissional de forma remota sempre que possível, redução do consumo de informação relacionada com a Covid-19 e manutenção de rotinas e horários fixos.

O psicólogo sensibilizou ainda os jovens para o papel fundamental que têm junto dos idosos (pais, avós, vizinhos), que para além do medo de contrair o vírus ficaram mais isolados e longe dos afetos dos seus familiares.

Partilha

Após a intervenção de Bento Sérgio, os jovens tiveram oportunidade de partilhar as suas experiências e sentimentos durante o confinamento e como a pandemia os tem afetado. Foi ainda referido que os bancários foram considerados trabalhadores essenciais, sendo que a maioria dos colegas da área comercial estiveram sempre na linha da frente e mais expostos.

A Comissão da Juventude, que se fez representar pelos três elementos – Tânia Maltez, Luís Roque e João Gomes –, testou os conhecimentos dos jovens com um quiz sobre a Covid-19 e dinamizou o grupo com balões e um momento de jardinagem.

O encerramento do encontro foi feito por João Carvalho, vice-presidente do Mais Sindicato, que focou a sua intervenção no futuro dos jovens e na gestão e organização do trabalho e do tempo das pessoas. ▶

Comissão assinala **Dia da Juventude**

Comemorado a 12 de agosto, o Dia Internacional da Juventude teve este ano um contexto diferente por força da pandemia de covid-19. Impossibilitada de estar presencialmente junto dos jovens bancários, a Comissão da Juventude, através da coordenadora Tânia Maltez, lançou um vídeo nas redes sociais para assinalar a data, fazendo votos para que todos os jovens tenham desfrutado do dia. O vídeo está disponível no site do Mais Sindicato bem como nas suas contas de Facebook, Instagram e Youtube.

Encontro anual em novembro

TEXTOS: INÊS F. NETO



“A pandemia e o teletrabalho na vida familiar” é o tema do Encontro Anual do GRAM, que este ano decorrerá entre 20 e 22 de novembro

Surpreendidos pela pandemia de covid-19, fomos obrigados a adaptarmo-nos a uma nova realidade que afeta todas as faces da vida tal como a conhecíamos: profissional, familiar, social, individual.

Suspendemos os afetos à família e amigos, ficámos longe de entes queridos, perdemos o salutar convívio com colegas de trabalho, tudo para respeitar a distância de segurança e evitar focos de contágio. Animais gregários que somos, sentimo-nos mais sós, cansados e deprimidos.

Mulheres mais afetadas

A mulher sentiu tudo isso e ainda uma sobrecarga de trabalho.

Deslocar-se para o trabalho é um desafio, mas ficar em casa em teletrabalho significa responder às exigências profissionais e ainda acompanhar a teleescola dos filhos, horários de refeições, sesta e entretê-los dias inteiros no confinamento de quatro paredes.

No Encontro do GRAM estas temáticas serão debatidas com a ajuda de especialistas convidados e experiências serão partilhadas.

Como os tempos impõem, serão cumpridas todas as normas das autoridades de saúde, a começar pela redução do número de participantes. E, obviamente, esta como qualquer outra atividade está dependente do evoluir da pandemia. ▀



a redução de alunos por turma. A seleção foi feita pela data de inscrição – cinco pessoas em cada local de aula. A duração das aulas em praticamente todos os cursos é de duas horas e continuam a realizar-se uma vez por semana. Em alguns casos há também horário pós-laboral. Neste novo ano letivo os preços mantêm-se: o custo de inscrição é de 5 euros para sócios e de 10 euros para

Cursos do GRAM já começaram

Adaptados às exigências impostas pela covid-19, os cursos de valorização artística estão de volta, com a qualidade de sempre

O GRAM retomou os tradicionais cursos no dia 1 de outubro, cumprindo todas as normas de segurança para evitar qualquer contágio – o que implicou, nomeadamente,

familiares. Quem pretenda participar em mais do que um curso só paga uma inscrição. Já o valor das mensalidades cifra-se nos 33 euros para sócios, cônjuges e filhos, e nos 36 euros para outros familiares.

O GRAM alerta para a necessidade de serem cumpridas as regras de segurança das autoridades de saúde – e cada um é responsável pela sua saúde e pela saúde de quem partilha o mesmo espaço. 📌



Nova equipa

Após a reorganização interna do Mais Sindicato, a equipa do GRAM é agora composta por Amália Varela, coordenadora (à direita da foto), Eugénia Silva (ao meio) e Teresa Pereira (à esquerda). 📌

Viagens culturais só em maio de 2021

As apreciadas viagens culturais organizadas pelo GRAM apenas serão retomadas no segundo trimestre do próximo ano, se as condições sanitárias forem propícias.

Assim, o programa inicialmente previsto está suspenso até àquela data, incluindo o passeio aos mercados de Natal.



A Palavra aos sócios



Agradecimento ao SAMS

Tem esta carta a finalidade de dar a conhecer a forma extraordinária como a minha mulher, Maria do Carmo Branco (utente do SAMS n.º 1793578), foi atendida e tratada durante todo o tempo de internamento (31/08 a 05/09). No momento atual (de pandemia) em que todos se queixam e criticam os serviços de saúde, terei que dizer que me considero um feliz ser humano por verificar que no nosso Hospital do SAMS a minha mulher, desde a entrada nas urgências até ao internamento no quarto 710 e respetiva alta nada lhe faltou, desde o atendimento, simpatia, carinho e profissionalismo demonstrado por todos os profissionais médicos, enfermeiros e auxiliares envolvidos nos atos. Eu e os filhos recebemos explicações de toda a situação e disponibilizaram-se para responder a todas as

questões que achássemos pertinentes.

É hábito a generalidade queixar-se da mais pequena falha detetada, esquecendo-se de transmitir tudo o que de bom acontece.

Sempre agi assim: perdoo as pequenas falhas e enalteço e dou conhecimento do bom funcionamento dos serviços. Este foi o meu propósito.

Muitos dirão que os profissionais não fizeram mais do que a sua obrigação, no entanto eu julgo que atendendo a todas as circunstâncias que os rodeiam eles fizeram muito mais e superaram-se a tudo o que se poderia exigir.

*José Manuel Branco
Sócio n.º 11670*

Grande Angular

O Jornal Económico

Preços no consumidor decrescem 0,1%

A taxa de variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) terá decrescido 0,1% em setembro, o que corresponde a um agravamento de 0,1 pontos percentuais face à taxa registada em agosto, de acordo com uma estimativa rápida do Instituto Nacional de Estatística.

O IPC de agosto registou uma variação de 1%, enquanto a variação mensal tinha sido de -0,3%. Já em termos homólogos, a variação de setembro de 2019 fora de 1,1%. “Estima-se uma variação média nos últimos doze meses de 0,1%, valor igual ao registado no mês precedente”, indica o INE.

A variação do indicador de inflação subjacente – que exclui do índice total produtos alimentares não transformados e energéticos – é estimada pelo gabinete de estatística nacional em -0,1%, em setembro, um “valor idêntico ao registado no mês anterior”.

Já a taxa de variação homóloga do índice relativo aos produtos energéticos terá sido -5,5%, o que corresponde a um agravamento de 0,6 pontos percentuais face ao registado em agosto (-4,9%).

A variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) português foi estimada em -0,7%.

Eco

Portugal cai no ranking de competitividade digital

Portugal voltou a cair no ranking global de competitividade digital do IMD World Competitiveness Center, que é liderado pelos Estados Unidos da América. Foi uma descida de três lugares face ao ano passado, fixando-se agora na 37.ª posição.

Apesar dos rasgados elogios da presidente da Comissão Europeia relativamente aos avanços digitais do País, Portugal mantém uma tendência decrescente no que toca à competitividade digital há cinco anos, com exceção de 2018, nota em comunicado a Porto Business School, parceira do IMD na elaboração deste ranking que avalia o desempenho no conhecimento, na tecnologia e a preparação para o futuro.

Durante a visita oficial a Portugal, Ursula Von der Leyen elogiou a “vanguarda” do país no digital, dando como exemplo a Web Summit, que transformou Lisboa na “capital espiritual do panorama tecnológico”, e da “internet rápida”. Certo é que, de acordo com este ranking, apesar de Portugal “ter conseguido melhorias ligeiras nas áreas do conhecimento e da tecnologia, a economia nacional caiu três posições face a 2019”, não conseguindo acompanhar o ritmo de competitividade digital de outros países.

Santander obrigado

a contar total de anos
na constituição
da pensão

O Supremo Tribunal de Justiça considerou ilegal e inconstitucional a fórmula de cálculo da pensão utilizada pelo Santander, confirmando o que o Mais Sindicato sempre defendeu

JOSÉ PEREIRA DA COSTA*

Conforme foi anunciado oportunamente, em ação movida por um sócio do Mais Sindicato contra o Banco Santander, representado pelos nossos serviços jurídicos, foi decidido pelo Tribunal do Trabalho de Castelo Branco e confirmado pelo Tribunal da Relação de Coimbra o seguinte:

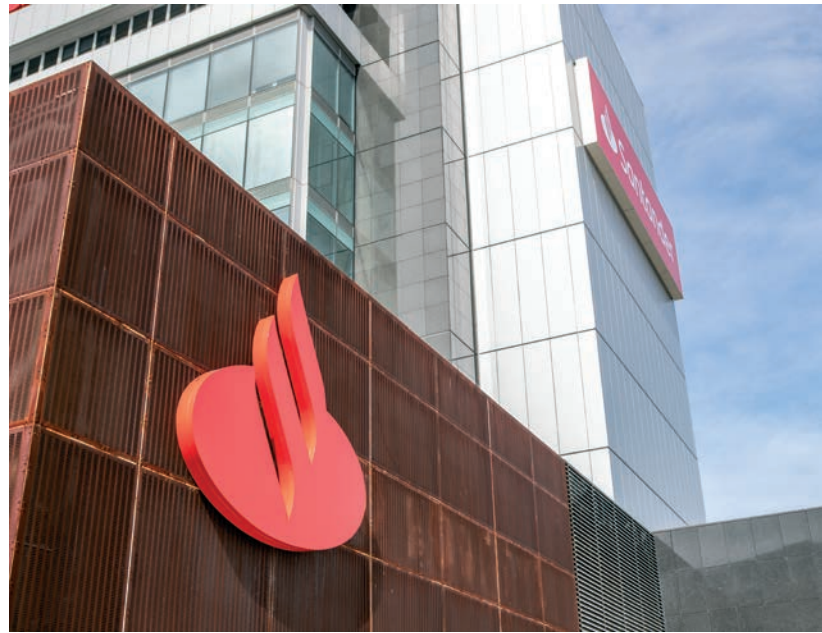
“Se no cálculo da Pensão Proporcional há que atender ao número de anos civis da carreira contributiva com registo de remunerações relevantes para os efeitos da taxa de formação de pensão, terá de se concluir que a fórmula de cálculo usada pelo banco réu para determinar a parcela da pensão da Segurança Social do autor que pode reter contraria o determinado no artigo 33.º da Lei de Bases da Segurança Social, no que respeita ao número de anos civis da carreira contributiva com registo de remunerações relevantes para os efeitos da taxa de formação de pensão, já que na pensão atribuída ao autor, a Segurança Social teve em conta a soma de todos esses anos, conforme acima referido, e não apenas 40 anos.

Acresce que, como é sabido, nos termos do artigo 64.º, n.º 3 da CRP, todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de atividade em que tiver sido prestado.”

Supremo confirma

O Banco Santander, apesar da dupla decisão, não se conformou, tendo apresentado recurso junto do Supremo Tribunal de Justiça.

Nessa conformidade, foi proferido Acórdão, em sessão de 9 de setembro de 2020, que confirma integralmente a decisão, ao encontro daquilo que sempre defendemos! Nestes precisos termos, a prática habitual do Banco Santander, em relação aos trabalhadores do antigo Banco Totta, de limitarem a 40 o número de anos relevantes para



a distribuição da pensão, entre tempo prestado ao serviço do Banco e, ou, de outras entidades, foi declarada ilegal e inconstitucional, com confirmação no Tribunal da Relação de Coimbra e do Supremo Tribunal de Justiça, devendo, então, a distribuição ser proporcional, seguindo a regra de três simples, a todos os anos de descontos efetuados para a Segurança Social, sem qualquer limitação.

Legalidade reposta

Em concreto, a presente decisão tem o seguinte alcance: se o trabalhador se reformar com 46 anos de descontos para a segurança social, 34 dos quais ao serviço do banco e 12 para outras entidades, a parcela que deve ser considerada como pertencendo ao trabalhador é de 12/46 sobre o valor recebido – e não de 6/40, como considera, ilegalmente, o Santander.

O Mais Sindicato, no seguimento desta decisão e face ao número de bancários afetados por esta prática, agora declarada ilegal, interpelará o Santander Totta para que a legalidade seja reposta sem recursos aos meios jurisdicionais ao nosso dispor, mas não abdicará de, caso seja necessário, representar os sócios em juízo.

Tanto assim é que, conforme tem sido divulgado, a presente decisão encontra paralelo em processos que já correm em juízo, relativos à interpretação de normativos de distribuição entre obrigações da Segurança Social e da Banca, tendo a jurisprudência fixado, ao contrário do que pretendiam os bancos, que a distribuição é sempre diretamente proporcional entre o número de anos, em absoluto, e o valor em causa, não podendo existir qualquer fator corretivo. 

*Advogado

**Subtítulos da responsabilidade da Redação



Meios de vigilância à distância:

A generalização do recurso ao teletrabalho, como forma de reduzir os riscos de propagação e disseminação da Covid-19, trouxe à luz do dia algumas das insuficiências e imperfeições do regime legal

JOSÉ PEREIRA DA COSTA
JOÃO ESCARDUÇA*

Seis meses decorridos após a primeira declaração de Estado de Emergência em democracia, vive-se em Portugal e um pouco por todo o mundo, no que às relações laborais diz respeito, um período de transição, adaptação e reflexão relativamente aos novos desafios que a pandemia nos obrigou a abraçar.

A generalização do recurso ao teletrabalho, como forma de reduzir os riscos de propagação e disseminação da Covid-19, trouxe à luz do dia algumas das insuficiências e imperfeições do regime legal atualmente em vigor sobre esta matéria.

Vem isto a propósito do uso e admissibilidade, ou não, dos meios de controlo ou vigilância do trabalho à distância.

A norma... **

O nosso ordenamento jurídico protege e salvaguarda, desde logo, por força da Constituição da República Portuguesa, entre outros, o direito à proteção dos dados pessoais e o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

Mas será essa reserva extensível ao local de trabalho? O legislador português respondeu de forma peremptória e afirmativa a esta questão, quando inscreveu no Código do Trabalho, art.º 20 n.º 1, que: “O empregador não pode utilizar meios de vigilância à distância no local de trabalho, mediante o emprego de equipamento tecnológico, com a finalidade de controlar o desempenho profissional do trabalhador.”



É, portanto, claro e inequívoco que no nosso ordenamento jurídico, no domínio laboral, os meios tecnológicos de vigilância à distância são proibidos, insuscetíveis de ser utilizados para controlar o trabalho e o desempenho de um trabalhador.

... e a exceção

Contudo, não há regra sem exceção e admite-se, no n.º 2 do mesmo artigo, que é lícita a utilização desse tipo de equipamentos quando tiver por finalidade a proteção e segurança de pessoas e bens ou quando particulares exigências inerentes à natureza da atividade o justifiquem. Situação que se coloca com evidente acuidade, por exemplo na atividade bancária ou de transporte de valores, onde a necessidade de proteção e segurança de pessoas e bens é indiscutível.

Nestas circunstâncias, tendo sido observados os pressupostos acima referidos, aceita-se que, por exemplo, as imagens captadas por sistema de videovigilância possam ser usadas em sede de procedimento disciplinar contra o trabalhador, sempre que o possam ser também em sede de processo penal.

Teletrabalho

E no teletrabalho? Como compatibilizar o direito à intimidade e reserva do trabalhador com a necessidade de o empregador poder controlar a forma de prestação de trabalho e as condições em que o mesmo está a ser prestado?

Qual a forma, quais os meios, quais os limites?

É para responder a estas perguntas que a sociedade conta com aqueles que pensam, refletem e têm responsabilidades no mundo laboral, sejam o legislador, a academia, os parceiros sociais ou as estruturas representativas de empregadores e trabalhadores. De uma forma necessariamente sucinta diremos que a forma deve ser a necessária, os meios devem ser idóneos para tal e os limites devem ser os da proporcionalidade, devendo manter-se ilícito e inadmissível qualquer violação da dignidade e reserva da vida privada do trabalhador, como por exemplo a colocação de dispositivos eletrónicos para controlar movimentos, comunicações ou localizações de qualquer trabalhador, em qualquer circunstância, salvo os casos expressamente admitidos por lei.

Sem softwares escondidos

Nesta temática, entendemos que a colocação de softwares de vigilância escondidos, ou ocultos, em computadores, telemóveis, tablets ou quaisquer outros instrumentos tecnológicos que o permitam deve ser severamente punida, quer no âmbito laboral, quer no âmbito penal.

O Direito evolui à medida que a sociedade se desenvolve, não servindo, na génese, para ser parte do retrocesso social: o lar do trabalhador é dedicado ao seu descanso, ao lazer e ao convívio com quem bem entender. Não é, outrossim, dedicado a atividade laboral, a não ser que a isso anua. Nesse ponto sensível, em que a esfera

as insuficiências da lei

O atual Código do Trabalho português já prevê, no 170.º n.º 2, que “Sempre que o teletrabalho seja realizado no domicílio do trabalhador, a visita ao local de trabalho só deve ter por objeto o controlo da atividade laboral, bem como dos instrumentos de trabalho e apenas pode ser efetuada entre as 9 e as 19 horas, com assistência do trabalhador ou de pessoa por ele designada.”

Estamos em crer que esta fórmula estará algo desatualizada, admitir a possibilidade de ter o patrão a entrar em nossa casa para verificar se o computador está a ser bem tratado ou se existe ventilação suficiente na sala ou se o trabalhador está efetivamente a trabalhar quando está ao computador, parece-nos desadequado e demasiado intrusivo e violador daquilo que é o mais íntimo e pessoal que uma pessoa pode ter, a sua casa. Contudo, conviremos que a necessidade de a entidade patronal controlar/verificar quer os instrumentos de trabalho quer o próprio cumprimento do horário de trabalho existe e é do senso comum que este possa exercê-la, sem violar aquele espaço de reserva e intimidade da vida privada.

individual e laboral se confundem geograficamente, o Direito deve ir além do seu papel regulador: deve, porque não, disciplinar, ser imperativo e apontar que soluções admite e que soluções proíbe. A vigilância escondida ou que exceda os limites do Direito, no âmbito específico do teletrabalho, é uma dessas áreas que não admite cedências.

Atenção e intervenção

O Mais Sindicato, no seu todo, está atento às novas realidades e atuará firmemente na defesa dos trabalhadores do sector, defendendo soluções justas, adequadas e legais para os tempos que se adivinham. Estamos particularmente atentos, sublinhamos, à questão do teletrabalho e à vigilância. Atentos e interventivos, como sempre. ▀

*Advogados

Serviços Jurídicos do Mais Sindicato

**Subtítulos da responsabilidade da Redação

Antecipar a crise provocada pela pandemia

À crise provocada pela pandemia de covid-19, que ainda está no início, seguir-se-á uma fatura demasiado pesada que incidirá inevitavelmente sobre os trabalhadores. É possível evitar – ou pelo menos minimizar – os impactos sobre o emprego e condições de vida dos cidadãos. Os sindicatos terão aqui uma importância extrema. Esta é a opinião de Judith Kirton-Darling e Isabelle Barthès*, cujo artigo conjunto o Mais Bancário divulga

A maior parte dos países que experienciam o poder da natureza, através de tsunamis, furacões e outros eventos climáticos e geológicos devastadores, tem estratégias bem delineadas de alerta e segurança que antecipam os danos e limitam a perda de vidas. Como dirigentes sindicais que representam os trabalhadores europeus, sabemos a importância vital de antecipar uma reestruturação: se for mal gerida pode causar danos durante gerações – tanto nos que perdem os seus empregos como nos que ‘sobrevivem’. No entanto, as ferramentas da Europa para antecipar as mudanças económicas são lamentavelmente inadequadas – muitas vezes limitadas a estratégias amplas de competências. Da mesma forma que os líderes europeus parecem ter finalmente aprendido as lições de 2008-09, agora necessitam de aprender rapidamente as lições para a reestruturação apresentadas pela pandemia. Desde o início, mas especialmente nas últimas semanas, temos feito soar os alarmes aos “fazedores” de políticas e aos políticos sobre a maré de reestruturação das empresas. É um alerta que já usámos antes.

Proposta**

Em janeiro de 2013, após três anos de crise devastadora na zona euro, o eurodeputado socialista espanhol Alejandro Cercas apresentou uma proposta única ao

plenário em Estrasburgo. Utilizando o novo direito parlamentar de iniciativa legislativa (ao abrigo do artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), apresentou um projeto-lei sobre ‘Informação e consulta dos trabalhadores, antecipação e gestão da reestruturação’. O objetivo era minimizar os custos sociais de uma reestruturação para os trabalhadores e para as autoridades locais e regionais.

O projeto prevê medidas de antecipação à mudança, garantindo a sustentabilidade da empresa em causa e a empregabilidade dos seus colaboradores, reconhecendo a necessidade de planos sociais detalhados em casos de reestruturação, com papéis claros para todos os agentes (parceiros sociais e poderes públicos).

Também visou os negócios, já que os custos de uma reestruturação mal administrada – tanto para os que foram despedidos como para os que permaneceram na empresa ou no local de trabalho – têm impactos negativos nas empresas.

Igualdade

A política nacional e regional e os enquadramentos jurídicos da UE divergem quanto à gestão da mudança, o que tende a aumentar as desigualdades entre os trabalhadores e a criar distorções entre as empresas.





Nesse contexto, a iniciativa do eurodeputado socialista espanhol visava estabelecer condições de concorrência equitativas na Europa, estabelecendo normas mínimas que promovessem uma abordagem pró-ativa e socialmente responsável.

O relatório de Cercas apelou, portanto, a um quadro jurídico da UE baseado em cinco elementos principais:

- Reforçou os direitos de informação, consulta e participação dos representantes dos trabalhadores / sindicatos para garantir a viabilidade a longo prazo e a sustentabilidade dos locais de trabalho;
- Direitos individuais à formação e promoção de programas de formação negociados (a nível empresarial e sectorial);
- Planeamento estratégico corporativo de longo prazo, levando em consideração as necessidades de emprego e competências;
- Diálogo social e negociação coletiva para negociar soluções justas através de acordos feitos à medida, com as autoridades públicas a fazerem a sua parte quando necessário;
- Mecanismos de apoio a trabalhadores vítimas de mudanças económicas, facilitando a transição de um emprego para outro.

Antes da aprovação do seu relatório pelo Parlamento Europeu, Cercas afirmou: "Nestes três anos perdemos dois empregos por cada um criado e já perdemos 10% do tecido industrial da UE. Devemos fazer algo para torná-lo melhor e para mudar o desespero que hoje afeta milhões de trabalhadores, em dezenas de regiões, cidades e zonas industriais.

Imprevisibilidade

O tsunami de reestruturações que se aproxima provavelmente fará com que essas estatísticas diminuam. Já os principais anúncios nos setores automóvel e aeroespacial superaram a crise económica anterior; após o verão, o efeito cascata é sentido nas cadeias de fornecimento e nas economias regionais.

A pandemia está a acelerar as mudanças estruturais existentes em muitos setores, embora em alguns tenham sido interrompidas.

De qualquer forma, estamos a testemunhar uma reestruturação setorial massiva e simultânea nas nossas economias – deixando-nos, como disse Cercas em 2013, com uma escolha entre 'civilização e barbárie'. As consequências políticas deste último são difíceis de avaliar. Numa triste reviravolta do destino, o arquiteto do projeto-lei de 2013 (tal como da maioria da legislação da UE) 



◉ sobre informação e consulta), o advogado de direito laboral da Comissão Europeia Fernando Vasquez, morreu no início do verão. Ele acreditava de forma apaixonada na Europa social e trabalhou connosco “off the record”, enquanto tentávamos mobilizar apoio para as medidas, contra a inércia interna da Comissão e a oposição dos empregadores.

No final de contas, as propostas foram cortadas por essas forças, apesar da maioria parlamentar significativa a favor do relatório. A tentativa fracassada silenciou por demasiado tempo o debate sobre a necessidade de uma “caixa de ferramentas” legal sobre reestruturações.

Sem diálogo

Hoje em dia ouvimos cada vez mais as vozes da Comissão e dos empregadores defenderem “transições controladas” e “transição justa” – pseudónimos de mudanças.

Raramente é feita a ligação com a necessidade de uma caixa de ferramentas real que garanta transições suaves para os indivíduos. Embora muitas empresas tenham aprendido a importância de manter a sua mão-de-obra durante a crise em 2008-09 – daí o apoio público e corporativo generalizado para esquemas de trabalho de curta duração – a estrutura jurídica da Europa sobre reestruturação económica está a desgastar-se nas pontas. Em vários países, assistimos a anúncios de corte de milhares de empregos, sem conhecimento dos

representantes sindicais locais e europeus – muito menos dando-lhes a possibilidade de discutirem alternativas com os verdadeiros decisores.

Ouvimos falar de empresas que adotam planos de redução de custos em toda a Europa, com grandes impactos sobre salários e condições de trabalho, sem se envolverem em debates com os sindicatos a nível local e transnacional. Juntamente com a Confederação Europeia de Sindicatos e outras federações de sindicatos europeus, defendemos na Comissão que, embora os direitos existentes devam ser aplicados, isso não será suficiente. Não o foi em 2008-09. Talvez agora seja a altura de revisitar o relatório de Cercas antes que o tsunami das reestruturações afogue os nossos sinais de alerta. Precisamos antecipar a mudança económica e levar todos os afetados para um terreno seguro rapidamente. ■

*Judith Kirton-Darling e Isabelle Barthès são secretárias-gerais adjuntas do Sindicato Europeu da Indústria. Kirton-Darling foi membro britânico ao Parlamento Europeu (de maio de 2014 a janeiro de 2020) e Secretária Confederal da Confederação Europeia de Sindicatos. Isabelle Barthès juntou-se à EMF em 1996. Como consultora sénior de política da EMF e, mais tarde, da industriAll Europe, as suas responsabilidades incluíam política de empresa, negociação coletiva e política social.

Karting Nuno Rosa vence primeira prova

O concorrente do Millennium bcp foi o vencedor daquela que foi a primeira prova realizada pelo Sindicato depois da interrupção imposta pela covid-19

PEDRO GABRIEL

A pandemia de covid-19 obrigou o Mais Sindicato a interromper as suas atividades, entre elas as várias provas desportivas que habitualmente juntam os sócios. No entanto, o Sindicato tem vindo aos poucos a retomar a sua atividade, seguindo sempre as diretrizes impostas pelas autoridades de saúde.

Liderança

Assim, a primeira modalidade a retomar foi o karting, com a realização da jornada inaugural do 23.º campeonato, no dia 12 de setembro.

Nuno Rosa, do Millennium bcp, foi o vencedor da prova com 16 pontos, ele que conseguiu fazer a volta mais rápida no kartódromo do Bombarral. Luís Mendes (Santander Totta), que havia conseguido a *pole-position*, ficou no segundo lugar, com 14 pontos, enquanto José Feliciano



(SGCE) completou o pódio, com 11 pontos.

Retoma

O karting marcou então a retoma a uma normalidade condicionada, um exemplo que o Pelouro dos Tempos Livres

pretende estender a outras modalidades e desde que estejam reunidas todas as condições de segurança.

Em equação estão as modalidades de bowling, golfe, king, snooker e ténis, além das restantes provas do campeonato de karting. ▶

Classificados

Diversos

Vendo aspirador Rainbow novo, com todos os extras. Preço: 1.800,00€ Telm: 917 536 488.

Vendo selos usados de Portugal a partir de 1940. Aceito lista de faltas. Preço: unitário de 0,10€ a unidade. Telm: 969 135 003.

Vendo centenas de garrafas de várias marcas e tipos, com 5, 10, 15, 30 e 40 anos. Vendo tudo pelo melhor preço. Telm: 911 900 026.

Vendo automóvel Peugeot 5008, ano 2013, 7 lugares, caixa automática, teto panorâmico, 190.000 km. Telm: 966 422 179.

Vendo faqueiro de 131 peças com estojo – silver plated cutlery Luis XV - EN III. Estado impecável, sem uso. Preço: 350,00€. Telm: 936 438 355.

Vantagens

aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar vários protocolos que garantem aos associados e seus familiares, e beneficiários do SAMS, condições mais favoráveis:



EFFECT – Comunicação, Lda., com sede em Moinhos da Funcheira, Amadora, na Rua D. Dinis, Lote 1, Armazém C, concede desconto de 25%.

"António Oliveira e Castro apresentou o livro na edição deste ano da Feira do Livro"



O livro que não se consegue esquecer

Em *Ponte Pequim Sobre o Tejo*, António Oliveira e Castro apresenta uma visão futurista do mundo demasiado próxima da realidade que vivemos, num alerta ao leitor sobre os perigos do progresso desenfreado. Francisco Louçã prefacia a obra. Viriato Soromenho Marques assina o texto da contracapa

PEDRO GABRIEL



Ponte Pequim sobre o Tejo

Autor: António Oliveira e Castro

ISBN: 9789896169541

Ano de edição ou reimpressão:
06-2020

Editor: Gradiva

Idioma: Português

Dimensões: 148 x 221 x 20 mm

Encadernação: Capa mole

Páginas: 336

António Oliveira e Castro é um contador de histórias. Percebemos, pois os seus olhos iluminam-se à medida que os pormenores que imprime permitem-nos viajar até ao seu passado, quase como se estivéssemos estado lá, ao seu lado. Mas apesar de gostar de reviver o passado, António Oliveira e Castro, bancário reformado do Millennium bcp, lança a escada para uma distopia em *Ponte Pequim Sobre o Tejo*. O lançamento do livro foi o pretexto para uma conversa com este sócio do Mais Sindicato.

Pergunta - Como começou o gosto pela escrita?

Resposta - Para escrever, contar alguma coisa, são precisas histórias, sem elas os livros não aparecerão. Em miúdo, os adultos acusavam-me de ser mentiroso.

P - Porquê?

R - Por causa das histórias fantásticas que inventava. O entusiasmo com que as contava tornava-as tão reais que me sentia humilhado por não acreditarem no exercício da imaginação. Percebi, cedo, que para os adultos só a rotina do quotidiano merecia ser escutada.

P - Entretanto começa a publicar contos...

R - Foi preciso chegar à idade considerada responsável para que aquelas histórias inverosímeis ganhassem o carimbo de credibilidade. Perseguido pelo desejo insaciável de construir um universo paralelo àquele em que vivia encarcerado, publiquei os primeiros contos no vespertino Jornal ABC de Angola, com 18 anos.

P - Qual o seu género preferido?

R - A lenta construção dos enredos dá-me um enorme prazer. Pegar numa ideia, imaginar personagens até aí inexistentes, fazê-las nascer e crescer, vesti-las, caracterizar-lhes o rosto e os olhos; definir-lhes a voz, a estatura e a personalidade, viver com elas durante meses, tecendo-lhes intrigas, amores e ódios, faz-me sentir como um prosaico deus grego.

A poesia domina-nos, avassala-nos, pisa-nos como os cascos de um cavalo; a prosa é este romance cheio de capítulos que contam uma longa história, é a besta desenfreada que cavalgamos.

E autor favorito?

R - Sou um leitor eclético, leio tudo, bom ou mau, aprende-se sempre muito tentando perceber os outros. É na literatura latino-americana, porém, que me sinto mais confortável e me revejo como autor. Seduz-me a sua capacidade de unir a realidade com o fantástico numa Isabel Allende, num Gabriel Garcia Márquez. Escritores russos como Tolstoi, Dostoievski, Tchekhov, fazem também parte do meu lote de preferências.

Futurologia**P - Como surgiu a ideia para escrever Ponte Pequim sobre o Tejo?**

R - Quando me convenci de que continuar a “desenhar” o futuro no total desrespeito pelas leis naturais, como percebemos com a covid-19, nos arrastaria para o apocalipse. Quis escrever um romance que fosse também um alerta, além do seu enredo de amores, ódios, guerras e paixões. Um alerta contra a atração suicida que tomou conta de nós em nome do progresso.

P - Que progresso é esse?

R - Ao contrário do que imaginamos e desejamos, não é possível dominar e privatizar o ecossistema do planeta como quintal exclusivo. Não estamos acima dele, é

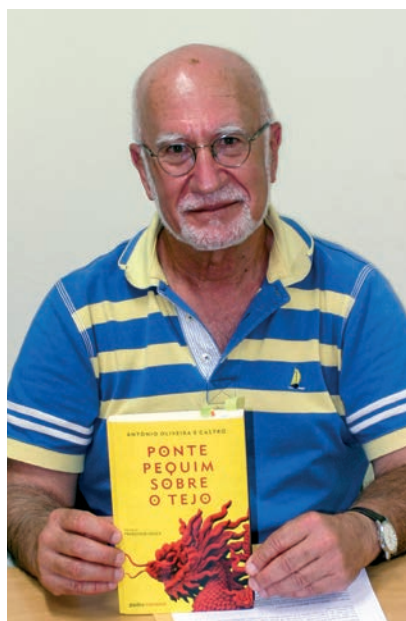
preciso ter consciência de que somos um insignificante elo de um imenso e complexo equilíbrio de forças que, se destruídas, nos lançarão rumo ao desconhecido, talvez ao caos do abismo.

P - Já tem mais obras em mente para escrever?

R - A minha imaginação, felizmente, continua a fervilhar. Ideias há muitas, o difícil é optar, achar aquela que, neste momento, seja capaz de me agarrar com a paixão de uma amante. Mas só serei capaz de voltar a escrever depois de esquecer Ponte Pequim sobre o Tejo e este não é, ainda, o momento de abandoná-lo.

P - Qual o livro que gostaria de escrever e ainda não teve oportunidade?

R - Mais do que gostar e ter oportunidade, é o desafio de escrever um livro de pequenos contos, essa arte de dizer tudo em tão poucas palavras. 



António Oliveira e Castro nasceu em Angola, no Bongo Lépi, em 1951. Entre 1969 e 1971 publicou alguns contos no jornal ABC de Angola. Publicou o livro de poesia Eu, a minha terra e a minha gente. Em 1974, publicou Canções clandestinas da revolta latente (poesia). É também autor dos livros Houve mesmo um Dia de Desespero em Que Se Cultivaram Campos de Cicuta (1985, Caminho – poesia); As Planícies donde Vim (1987, Caminho – poesia); A Especiaria (2007, Guerra e Paz – romance); Tambwe – A Unha do Leão (2011, Gradiva - romance); Coleccionadores de Sonhos (2017, Gradiva - romance), livro que foi semifinalista do Prémio Oceanos 2018.

Sinónimos & Antónimos

Faça a devida correspondência de cada "Entrada" com o seu sinónimo e antónimo.

	ENTRADA	SINÓNIMO		ANTÓNIMO	
A	ÁSPERO	AGITADO	1	AMÁVEL	M
B	BOIAR	AVERSÃO	2	APREÇO	N
C	CRÍTICO	DEMENTE	3	ATINADO	O
D	DESPREZO	DESDÉM	4	CALMO	P
E	FALSO	DIFÍCIL	5	CORRUPTO	Q
F	HONESTO	FLUTUAR	6	DELGADO	R
G	HORROR	FUGAZ	7	FÁCIL	S
H	LOUCO	GORDO	8	IMERGIR	T
I	OBESO	MÍSERO	9	LEAL	U
J	POBRE	SÉRIO	10	LENTO	V
K	RÁPIDO	SEVERO	11	PRAZER	W
L	VIOLENTO	TRAIDOR	12	RICO	X

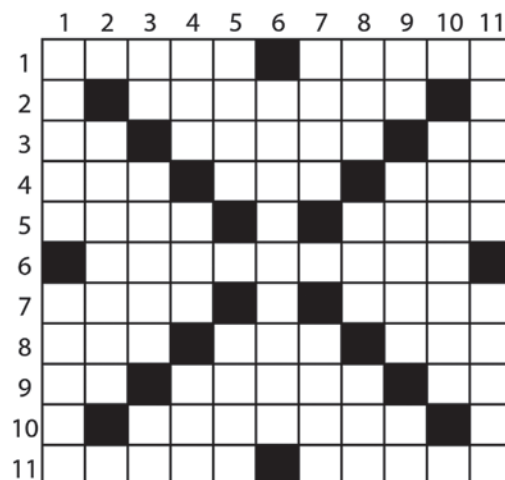
A sortear: Prémio Porto Editora

Palavras-cruzadas

Problema 415 ESPECIAL

HORIZONTAIS:

- 1 - Caras [coloq.]; Deitam por terra. 2 - Encovada. 3 - Parte traseira; Devasta [fig.]; Terra [fig.]. 4 - Interjeição que exprime espanto; Dignidade militar entre os Turcos; Dano. 5 - Comporte; Desejado. 6 - Cão da rua [Brasil]. 7 - Extremidade da âncora; Risonha. 8 - Composição poética lírica de assunto elevado, própria para ser cantada; Matéria [pop.]; Grande talento [fig.]. 9 - Grande quantidade; Atiram [Angola]; Sim [ant.]. 10 - Cavalos fracos [pop.]. 11 - Cadência; Importunar.



VERTICAIS:

- 1 - Norte [fig.]; Frutaria. 2 - Sublime. 3 - Então; Poupe; Símbolo de platina. 4 - Ora bolas! [Angola]; Período; Ril. 5 - Bucho do boi [regionalismo]; Cabelo. 6 - Pirlampo. 7 - Falta; Tira [Brasil]. 8 - Jornada; Qual [Guiné-Bissau]; Antiga medida de peso de Malaca, na Malásia. 9 - Símbolo de rádio; Alívies; Apenas. 10 - Não correntes. 11 - Essência; Combinar.

António Afonso Romão, Sintra | A sortear: Prémio SBSI

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

Dizer a bem dizer...

(Quais as definições certas?)

1	...Na bacia das almas?	1
A	Muito barato	B
	Nos corações	
2	...Falar sem ambages?	2
A	Falar sem rodeios	B
	Replicar	
3	...Cheio de dedos?	3
A	Ter muitos anéis	B
	Confuso	
4	...Meter o pau em?	4
A	Esbanjar	B
	Intrometer-se	
5	...Tirar um fiapo?	5
A	Limpar os dentes	B
	Dar uma olhadela	
6	...Festa das flores?	6
A	Dia de festa	B
	A Páscoa	
7	...Estar nas zinas de?	7
A	Estar no pino	B
	Andar perto de	
8	...Estar de xexém?	8
A	Estar atento	B
	Não ter dinheiro	

A sortear: Prémio Porto Editora

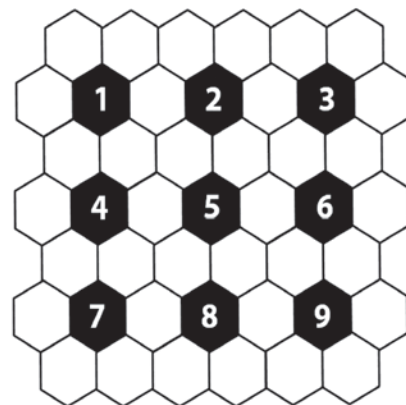
"A arte é a mentira que nos permite conhecer a verdade"

Pablo Picasso (25.10.1881-8.4.1973), pintor espanhol

Corolas Geminadas

Começando sempre na casa à esquerda do número e rodando no sentido do movimento dos ponteiros do relógio, forme palavras de 6 letras de acordo com o enunciado seguinte:

- 1 - Pessoa que é muito devota a.
2 - Grande porção de ossos.
3 - Segredo profundo.
4 - Bosque de palmeiras.
5 - Freira superior de um convento (pl.).
6 - Fiz a ronda (a).
7 - Regiões banhadas pelo mar.
8 - Dispensado.
9 - Ninheiro [regionalismo].



A sortear: Prémio Porto Editora

Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

Fácil 336

6	2			1			8	7
5								1
		7	6		8	9		
		3				4		
4								5
		6				7		
		2	1		7	3		
1								6
7	8			4			2	9

Médio 336

9	1							
	6	3	1		7	5	4	
	2						6	
	9		4		8		5	
				9				
	8		6		2		7	
	7						2	
	4	2	8		6	3	9	
							8	5

Difícil 336

9				4	7		8	3
6								
		7	3			9		
4				7		2		
3			1		6			5
		5		9				1
		8			4	5		
								6
1	9		8	5				4

Fácil 337

		8	9					6
	7			8				4
5					7	1		
2					9	7		
	4			1				5
		6	5					9
		9	1					2
	8			5				9
1				3	4			

Médio 337

5		1				6		7
			6		4			
8								9
	6		4		3		5	
	3		1		5		2	
3								2
			7		9			
9	2					8		1

Difícil 337

9		4				7		1
	7			3			9	
6				7				3
			2		3			
	6	5				4	3	
			1		6			
8				2				7
	9			1			8	
7	6				5		9	

Enigma Figurado

(Expressão corrente)



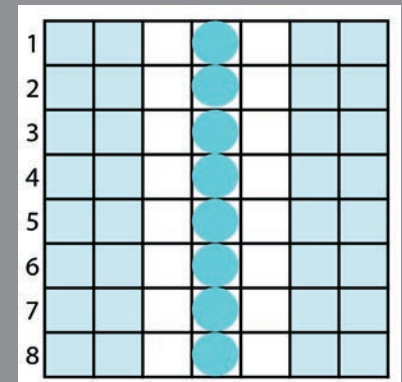
Maria Adriana, Funchal | A sortear: Prémio SBSI

Palavras Encadeadas

Insira em cada linha horizontal do diagrama duas palavras, de cinco letras, encadeadas por três letras (v.g. asTRO/TROno, poETA/ETApA), de acordo com o enunciado. Na coluna dos círculos surgirá o nome dado a *homem de má condição*.

Enunciado:

- 1 - Termina; Sacudidela.
- 2 - Começa; Tecido.
- 3 - Puxar por; Ventre da lagosta.
- 4 - Porção que se bebe de uma só vez; Hoje em dia.
- 5 - A que não falta nada; Marca na pele.
- 6 - Que é grande; Sentença moral.
- 7 - Reconhecida; Tímido.
- 8 - Dinheiro depositado em banco; Demónios.



A sortear: Prémio Porto Editora

Resultados do «Tempo Livre» 414

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	P	A	V	I	A		C	A	N	A	L		L	E	M	A
2	A	M	I	G	O	S	L	A	L	A	R	P	E	N		
3	S	E	N		R	E	I		C		É	S				I
4	S		S	O	A		N		M	A	U	A				V
5	A	T	I	T	A		I		A	R	T	I	C	U	L	
6	T	I	N	O			A	G	A			S	I		O	R
7	E	T	A		F	I	M		T	A	L		A	N	I	S
8	M	I		L	U	S	A			I	M	A	D	I	R	
9	P		M				S	A		A		P	O	D	E	R
10	O	L	A	R	I	A			P	E	R	U	A		O	C
11	S	O	S	I	A		C	O	L	A	M			É	R	O

Palavras-Cruzadas: Premiado: José Maria O. Marquez (Nisa).

Literatura: A Costa dos Murmúrios; O Dia dos Prodígios; O Vale da Paixão; O Vento Assobiando nas Gruas; A Última Dona; A Noite das Mulheres Cantoras. Premiado: Horácio Abreu Gomes (Funchal).

Enigma figurado: De igual para igual. Premiado: António Luís Lourenço (Lisboa).

Cruzadas-Mistas: "Ano mau tem dias largos". Premiado: Maria João Ramalhe (Amora).

Anagramas: BEATA, GRAVE, PINTO. Premiado: Mafalda Esteves (Corroios).

Soluções

7	1	5	4	8	3	6	9	1	7	1	1	1	1	1
6	5	9	6	7	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
4	3	8	4	1	6	2	7	3	5	8	1	6	7	1
5	2	7	9	4	1	6	2	7	3	5	8	1	6	7
3	6	8	6	7	5	9	1	1	6	2	7	3	5	8
2	1	6	6	3	3	5	9	2	7	3	5	8	1	6
1	9	8	5	5	5	5	9	2	7	3	5	8	1	6
8	9	6	8	8	5	9	1	2	7	3	5	8	1	6
7	5	1	4	3	5	6	9	2	7	3	5	8	1	6
6	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Difícil 337

4	5	2	7	1	7	8	5	1	9	6	8	5	2	7
3	7	4	2	4	1	7	8	5	1	9	6	8	5	2
2	8	7	6	9	6	9	6	9	6	9	6	9	6	9
1	7	8	6	9	6	9	6	9	6	9	6	9	6	9
9	6	8	5	2	7	1	7	8	5	1	9	6	8	5
8	5	2	7	1	7	8	5	1	9	6	8	5	2	7
7	1	7	8	5	1	9	6	8	5	2	7	1	7	8
6	9	6	9	6	9	6	9	6	9	6	9	6	9	6
5	2	7	1	7	8	5	1	9	6	8	5	2	7	1
4	5	2	7	1	7	8	5	1	9	6	8	5	2	7

Difícil 336

Médio 336

Fácil 336

«Tempo Livre» 415 Ano XXVI Prazo para respostas: 30 . outubro . 2020

5 RAZÕES PARA TROCAR A SUA BANHEIRA POR UMA BASE DE DUCHE HOJE MESMO!

As cabines de duche são mais:

Cómodas para entrar

Fáceis de limpar

Espaçosas no interior

Seguras na utilização

E ainda:

A Stannah trata de tudo em menos de 48 horas

Stannah



Agora já não precisa de modificar toda a casa de banho!

Em menos de 48h, a Stannah remove a sua antiga banheira, substituindo-a por uma cabine de duche, feita à medida daquele espaço, com materiais de primeira qualidade, antifúngicos, antiderrapantes, com os pontos de apoio necessários a utilizadores com diferentes necessidades.

Equipa própria, sem intermediários nem confusões em sua casa.

Numa simples visita, um dos nossos especialistas faz o levantamento das medidas necessárias e apresenta a solução final com amostras de acabamento.

Em menos de 48h, uma das nossas equipas próprias, multidisciplinar, efetua a troca com todos os trabalhos necessários, remove a banheira antiga e entrega a sua zona de banho limpa e pronta a usar.

Marcas de confiança e 3 anos de garantia

A Stannah trabalha com as marcas de confiança dos portugueses para garantir o melhor acabamento, durabilidade e confiança possíveis. Aos 2 anos previstos por Lei, a Stannah cede mais 1 ano, voluntariamente, atestando a confiança no nosso produto final.



- 1 Base antiderrapante: banho seguro sem risco de escorregar. De espessura muito reduzida para fácil acesso.
- 2 Pedra de remate composta por carga natural à base de resina de quartzo antibacteriana, ajustável ao local. Vidro com ação repelente e anti calcário, limpeza sem detergentes.
- 3 Cadeira ortopédica: este auxílio de mobilidade promove e ajuda a um banho independente e seguro.
- 4 Barras de apoio: colocadas estrategicamente para ajudar o utilizador a levantar-se e a sentar-se na cadeira.

5RB1OBC10920

A campanha apresentada nesta comunicação têm validade de um mês ou da data indicada e não é acumulável com outros descontos ou campanhas em vigor.

Avaliação gratuita e orçamento na hora!

Mais informações ligue tel.:

808 918 388

Custo de chamada local

Oferta

Na compra da cabine de duche AQUALUXE oferecemos-lhe um **aquecedor de toalhas.**



Instalação incluída